

TECNOLOGIA DIGITAL

Serpro lança IA do governo

O ConversAI está em teste no IBGE e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pode ser acessado por outros órgãos, inclusive, de estados e municípios. A estatal garante que a inteligência artificial generativa do setor público é segura

» LETÍCIA CORRÊA*

A empresa pública de tecnologia Serpro vai lançar uma inteligência artificial semelhante ao Chat GPT para órgãos públicos. O ConversAI Studio ainda não foi lançado oficialmente, mas está sendo testado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pode ser usado por órgãos interessados.

O intuito da IA, segundo a empresa, é democratizar o uso de inteligência artificial generativa dentro do governo, permitindo que qualquer órgão da administração pública federal, estadual ou municipal utilize modelos de linguagem avançados (LLMs) para consultar informações, obter respostas e gerar conhecimento a partir de suas próprias bases.

O ConversAI Studio é uma solução desenvolvida pelo Serpro que permite que órgãos públicos “conversem” com suas próprias bases de conhecimento ou com modelos fundacionais de inteligência artificial, com total segurança, soberania e controle dos dados. “É, de forma simples, um Chat GPT para chamar de seu, projetado para o setor público e executado integralmente na infraestrutura do Serpro”, explicou o gerente do Centro de Excelência em Ciência de Dados e Inteligência Artificial da estatal, Carlos Rodrigo Fonseca.

Ele ressaltou que todos os modelos de IA utilizados são hospedados e executados dentro da infraestrutura do Serpro, garantindo que nenhum dado saia do ambiente interno da empresa. De acordo com o gerente, isso assegura soberania digital, confidencialidade e conformidade com as diretrizes de proteção de dados do governo federal.

Os custos da nova inteligência artificial vieram de recursos já utilizados no Serpro, o que gerou baixos custos adicionais, segundo a empresa pública.

Serpro/Divulgação



Objetivo do Serpro é democratizar o uso de IA generativa por qualquer órgão das administrações públicas federal e de estados e municípios



É, de forma simples, um Chat GPT para chamar de seu, projetado para o setor público e executado integralmente na infraestrutura do Serpro"

Carlos Rodrigo Fonseca,
gerente do Serpro

Manuela Silva, advogada e membro da Comissão Especial de Tecnologia e Inovação da OAB-SP, acredita e vê na criação do ConversAI studio um passo importante para modernizar o serviço público. Na avaliação dela, a tecnologia pode tornar o atendimento ao cidadão mais rápido e eficiente, reduzindo prazos e facilitando o acesso à informação. “O Brasil, com essa iniciativa, assume um papel de vanguarda e pode se tornar referência positiva no uso ético e responsável da inteligência artificial no setor público. Já temos outros exemplos de sucesso: STJ e TCU”, argumentou.

“É importante lembrar que, na prática, muitos servidores e

colaboradores utilizam ferramentas de IA generativa no trabalho. Por isso, é mais seguro que esse uso aconteça em um ambiente controlado, com regras claras e proteção adequada, do que em plataformas externas sem supervisão. Assim, a administração pública protege melhor os dados pessoais, sensíveis ou sigilosos”, completou.

Linguagem natural

Carlos Rodrigo deu alguns exemplos práticos do uso da nova tecnologia por um órgão que detém uma grande base de conhecimento, como manuais, normativos ou documentos técnicos,

que é constantemente atualizada. “O ConversAI Studio permite agendar sincronizações automáticas dessa base, de forma que os servidores possam consultar, em linguagem natural, qualquer informação contida nesses documentos, com total segurança e agilidade. Isso transforma o acesso ao conhecimento institucional e acelera a tomada de decisão pública”, explicou.

Para a advogada Manuela Silva, a fase de testes é muito importante, pois a partir dessa etapa, já é possível identificar falhas e aperfeiçoar o programa. Ela também enfatizou que, mesmo em uso, o Chat GPT do governo (como costuma ser chamado)



O Brasil, com essa iniciativa, assume um papel de vanguarda e pode se tornar referência positiva no uso ético e responsável da inteligência artificial no setor público"

Manuela Silva, *advogada*

deve continuar em acompanhamento para solucionar possíveis erros e garantir a segurança dos dados. “A governança precisa ser levada a sério com normas internas bem definidas, treinamento constante, análise e mitigação de riscos, validação humana e auditorias periódicas, por exemplo”, disse ela.

“É importante destacar que o tema da inteligência artificial está no centro dos debates regulatórios no Brasil e no mundo. Temos algumas leis e diretrizes sobre o assunto aprovadas. O grande desafio agora é acompanhar essas evoluções e ajustar as práticas de forma responsável, sempre respeitando a legislação e as boas práticas de governança e ética digital”, completou.

O ConversAI Studio já está disponível. Os órgãos interessados podem solicitar acesso e iniciar projetos-piloto ou implantações personalizadas conforme suas necessidades.

***Estagiária sob a supervisão de Vinícius Dória**

ANOS DE CHUMBO

Presidente do STM pede perdão às vítimas da ditadura

» BIANCA LUCCA

Em um gesto inédito na história do país, a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, pediu perdão às vítimas da ditadura militar e aos familiares durante o ato inter-religioso que marcou os 50 anos do assassinato do jornalista Vladimir Herzog. O pedido, feito na noite de sexta-feira, na Catedral da Sé, em São Paulo, foi dirigido aos mortos, desaparecidos, torturados e perseguidos pelo regime que vigorou entre 1964 e 1985.

“Eu peço, enfim, perdão à sociedade brasileira e à história do país pelos equívocos judiciais cometidos pela Justiça Militar Federal em detrimento da democracia e favoráveis ao regime autoritário. Recebam meu perdão, a minha dor e a minha resistência”, declarou Maria Elizabeth. O público que lotava a catedral respondeu com aplausos de pé.

Foi a primeira vez que uma autoridade máxima da Justiça Militar — instância diretamente ligada às Forças Armadas — reconheceu publicamente os abusos cometidos durante a ditadura e os erros judiciais que legitimaram a repressão. O gesto foi considerado histórico por juristas, familiares e entidades de direitos humanos presentes à cerimônia.

Organizado pela Comissão Arns e pelo Instituto Vladimir Herzog, o evento recriou o ato realizado em 1975, quando mais de 8 mil pessoas desafiaram a censura e a vigilância do regime para homenagear Herzog após sua morte sob tortura no DOI-CODI. A missa conduzida por

Reprodução/YouTube



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e assista ao pronunciamento da presidente do STM em São Paulo

dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor Jaime Wright tornou-se um marco da resistência civil e religiosa contra a ditadura.

Cinquenta anos depois, a Catedral da Sé voltou a ser palco

de união e memória. A cerimônia reuniu representantes de diversas crenças, autoridades e artistas. Estiveram presentes dom Odilo Pedro Scherer, a reverenda Anita Wright — filha do pastor Jaime Wright — e o rabino Ruben Sternschein. O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, participou acompanhado da esposa, Lu Alckmin.

A abertura ficou a cargo do Coro Luther King, seguida de manifestações inter-religiosas e homenagens. A atriz Fernanda Montenegro emocionou o público ao ler uma carta escrita por Zora Herzog, mãe de Vlado.

Durante o ato, o Instituto Vladimir Herzog lançou um dossiê especial com documentos, fotos e registros sobre a vida e o legado do jornalista. O material integra o acervo do instituto, dirigido pelo filho dele, Ivo Herzog, e voltado à promoção da educação em direitos humanos e à preservação da memória histórica.

Ivo Herzog afirmou que os 50 anos marcam tanto a tragédia pessoal quanto o significado histórico da resistência à ditadura militar. “Chegar a esta semana, em que completamos 50 anos do assassinato do meu pai, é revisitar, além de uma



Eu peço, enfim, perdão à sociedade brasileira e à história do país pelos equívocos judiciais cometidos pela Justiça Militar Federal em detrimento da democracia e favoráveis ao regime autoritário. Recebam meu perdão, a minha dor e a minha resistência"

Maria Elizabeth Rocha, *presidente do STM*

tragédia familiar, um capítulo decisivo da história do Brasil. Foram cinco décadas de silêncio, de luta, de busca por verdade e justiça”, disse, afirmando que apesar do reconhecimento, ainda existem feridas abertas.

“Ao longo desse tempo, muita coisa mudou. O Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade, a sociedade amadureceu. Mas ainda há feridas abertas — ninguém foi responsabilizado e a impunidade segue sendo uma sombra sobre o país”, lamenta.

Atestado de óbito

Em outubro de 1975, Vladimir Herzog, então diretor de jornalismo da TV Cultura, apresentou-se voluntariamente ao DOI-CODI para prestar esclarecimentos. Horas depois, foi encontrado morto. O regime divulgou que o jornalista teria se suicidado, mas fotos e perícias posteriores comprovaram o assassinato sob

tortura. A imagem de Herzog morto, amarrado a uma janela baixa, tornou-se símbolo da brutalidade estatal e mobilizou a opinião pública.

Em 1978, a Justiça Federal reconheceu oficialmente que Herzog foi preso, torturado e morto por agentes do Estado. Em 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a correção do atestado de óbito, retirando a falsa menção a suicídio. No início deste mês, a família recebeu o novo documento em uma cerimônia que também homenageou outras cem famílias de vítimas do regime militar.

Filho de imigrantes judeus que fugiram da perseguição nazista, Herzog nasceu em 1937, na antiga Iugoslávia, e formou-se em filosofia pela USP. Casado com Clarice, teve dois filhos, Ivo e André. Sua trajetória, interrompida pela violência da ditadura, permanece como referência ética e simbólica da luta pela liberdade e pela verdade no Brasil.